

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DAS DISSERTAÇÕES E TESES PUBLICADAS A PARTIR DE 1996

Maria Adélia da Costa ¹ Jéssica Mara Pongelupe Assis de Oliveira ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico das dissertações e teses que abordam as políticas de regulação da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil. Com essa pesquisa, busca-se obter um panorama atualizado das pesquisas e publicações que tratam desse tema, com o intuito de disseminar o conhecimento científico e democratizar as informações disponíveis sobre a formação de professores para a EPT. A metodologia utilizada envolve uma revisão sistemática da literatura, com a seleção e análise crítica de estudos relevantes sobre o tema. Serão considerados os seguintes critérios de inclusão: dissertações e teses que abordem políticas de regulação da formação de professores para a EPT no Brasil; estudos publicados em português, a partir de 1996 quando foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Como critérios de exclusão, serão desconsiderados e estudos que não abordem diretamente as políticas de regulação da formação de professores para a EPT no Brasil; estudos que não estejam disponíveis em formato digital; estudos publicados em idiomas diferentes do português; e estudos publicados antes de 1996. Considerando o objetivo descrito a pergunta a ser respondida é: Quais e como as políticas de regulação da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil são abordadas nas dissertações e teses publicadas a partir de 1996? Os dados serão analisados à luz da análise de conteúdo de Bardin (2011) que é uma técnica que visa identificar e classificar padrões e temas em um conjunto de dados textuais, como documentos, entrevistas, artigos.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Formação de professores, Políticas de regulação.

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é um campo de ensino e pesquisa que vem se desenvolvendo significativamente nas últimas décadas. Nesse contexto, a formação de professores para a EPT é uma questão central, pois é responsável pela qualificação dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino.

Com base em Costa (2012), entende-se que as políticas voltadas para a Educação Profissional e Tecnológica não se consolidaram como políticas de Estado ao longo da história.

¹ Doutora em Educação (UFU). Mestre em Educação Tecnológica (CEFET-MG). Graduada em Pedagogia (UNILESTE), adelia@cefetmg.br;

² Mestranda em Educação Tecnológica (CEFET-MG). Especialista em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (IFES). Graduada em Biblioteconomia (UFMG), jessicamarapongelupe@yahoo.com.br.



Em vez disso, foram delineadas como programas de governo com o propósito de facilitar e regulamentar o acesso de profissionais (não necessariamente professores) às salas de aula dos cursos técnicos de nível médio.

À vista disso, Costa (2012) destaca uma falta de estabilidade e continuidade nas políticas para a EPT, sugerindo uma abordagem mais fragmentada e sujeita a mudanças com as diferentes gestões governamentais. Além disso, menciona que as políticas de formação docente para a EPT estão intrinsecamente ligadas às relações entre educação, trabalho e sociedade, indicando a importância de considerar esses aspectos interconectados na formulação de tais políticas.

Para tanto, utilizamos a metodologia de revisão sistemática da literatura, delineando os critérios de inclusão que abrangem dissertações e teses que especificamente abordam políticas de regulação da formação de professores para a EPT no Brasil. Além disso, explicamos que a delimitação temporal é a partir de 1996, ano em foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996).

Os critérios de exclusão, por sua vez, asseguram que apenas estudos diretamente relacionados às políticas de regulação da formação de professores para a EPT no Brasil sejam considerados. Além disso, consideramos a disponibilidade em formato digital, a limitação ao idioma português e a exclusão de estudos anteriores a 1996, o que contribuiu para uma seleção mais específica e contemporânea.

A questão central que orientou este trabalho é: de que maneira as políticas de regulação da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil são abordadas nas dissertações e teses publicadas a partir de 1996? Para a análise dos dados consideramos a abordagem de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), que busca identificar e classificar padrões e temas emergentes, proporcionando uma compreensão aprofundada das diferentes perspectivas e abordagens presentes nas produções acadêmicas sobre essa temática crucial para o cenário educacional brasileiro.

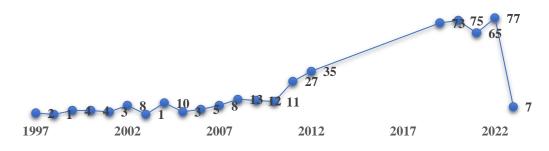
Frente a essas considerações apresentamos os resultados de pesquisa por meio da categoria de análise: políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica.

CATEGORIA DE ANÁLISE: POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Ao analisar a produção acadêmica relacionada as *políticas de formação de professores* para a educação profissional e tecnológica, verificamos um crescimento considerável no número de trabalhos ao longo dos anos, refletindo um aumento do interesse sobre o tema. Quando utilizamos o termo específico com aspas, apenas três trabalhos foram identificados, dos quais dois eram teses e um dissertação. Entretanto, ao pesquisarmos sem o uso de aspas, encontramos um vasto número de 444 trabalhos distribuídos ao longo dos anos, conforme registramos no Gráfico 1.

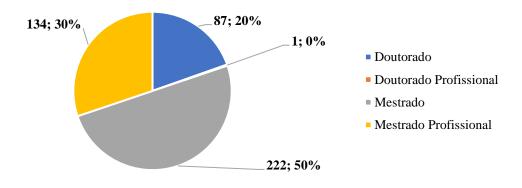
Gráfico 1 - Resultados para políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de CAPES, 2023.

O início da pesquisa data de 1998, com apenas um trabalho publicado, mostrando um crescimento sutil até 2004. A partir de 2011, percebemos um crescimento mais expressivo, alcançando seu ápice nos anos de 2019 a 2022, com um total de 290 trabalhos nesse período. É válido destacar que, para 2023, apenas sete trabalhos foram identificados, mas isso pode ser devido ao fato de o ano ainda estar em curso. A partir dos 444 resultados, elaboramos o Gráfico 2 conforme distribuição dos resultados por Grau Acadêmico

Gráfico 2 - Resultados por Grau Acadêmico



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de CAPES, 2023.



Em relação ao grau acadêmico dos trabalhos, a maioria está concentrada no nível de mestrado, com 222 trabalhos, seguido por mestrado profissional com 134. As teses, nível de doutorado, contribuíram com 87 trabalhos, sendo apenas uma delas identificada no nível de doutorado profissional. Desse modo, diante desses dados consideramos uma crescente atenção dada à formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica ao longo das últimas décadas, especialmente na última década. Isso reflete a relevância e urgência do tema na atual conjuntura educacional brasileira. Sobre esse cenário, encontramos nos estudos de Costa (2012, p. 28) os seguintes argumentos:

Analisando o cenário político preponderante à época entendemos que as reformas da EPT propostas no governo Lula, destacando a revogação do decreto 2.208/1997 e a promulgação do decreto 5.154/2004, possam ter motivado as pesquisas nesta modalidade de ensino, no sentido de avaliar e compreender o impacto dessas políticas na EPT. Este crescimento pode, também, traduzir um incentivo a pesquisa e à formação scrito sensu ocorrida neste período. Embora se considere essa perspectiva, não se pode negligenciar que outras intenções, implícitas ou não, podem mover o interesse em melhor compreender e entender os processos de ensinar e aprender. Outro fator que merece destaque é o movimento iniciado em 2007 para a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) com suas Unidades Descentralizadas de Ensino (UNED), as Escolas Agrotécnicas, as Escolas Técnicas Federais e as escolas vinculadas a universidades, em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que foram consolidados em 2008.

Diante disso, concordamos com a autora que ao analisar o crescimento das pesquisas na EPT, o fez à luz das reformas político educacionais como a revogação do Decreto n° 2.208, de 17 de abril de 1997 e a promulgação do Decreto n° 5.154, de 23 de julho de 2004³, destacando ainda, o estímulo à pesquisa por meio de fomento para a formação em cursos *stricto sensu*.

Não menos importante é o destaque que a autora traz no sentido de considerar o movimento ocorrido a partir de 2007, de transformação dos CEFET em Institutos Federais. Assim sendo, compreendemos que embora o texto seja datado em 2012, ele ainda nos possibilita uma interpretação contextualizada e equilibrada dos fatores que impulsionaram a pesquisa na EPT.

Agora que visualizamos possibilidades que impulsionaram o crescimento das pesquisas em EPT, retomamos as análises da vastidão do montante de 444 trabalhos encontrados no banco de dissertações e teses da CAPES. Visando a otimização dos resultados em relação ao objetivo desse estudo, optamos pela utilização de filtros específicos para refinar a pesquisa. Portanto,

-

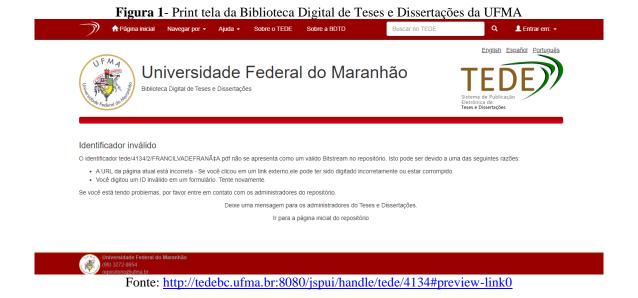
³ Maiores informações em Costa (2012).



direcionamos para pesquisas com foco nas Ciências Humanas, especificamente na área de concentração voltada para a Educação Profissional. Desse modo, restaram 71 trabalhos.

Para determinar os trabalhos que seriam analisados a fundo, estabelecemos critérios de inclusão e exclusão. Dentre eles, priorizamos estudos que abordassem diretamente as políticas de regulação da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, publicados a partir de 1996 - ano da promulgação da LDB. Dessa maneira, desconsideramos os estudos que não estavam disponíveis em formato digital, não foram redigidos em português ou foram publicados antes de 1996.

Registramos que não foi possível acessar a dissertação *Políticas de Formação de Professores a Distância: um estudo sobre o contexto da prática no Curso de Pedagogia da UFMA*, selecionada para leitura pois, o link de acesso disponibilizado pela Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Maranho (UFMA), depositária dessa pesquisa, retornou com mensagem de identificador inválido, conforme print da tela apresentada na Figura 1.



Após essa seleção, passamos a análise dos títulos e resumos dos trabalhos remanescentes, chegando a identificar e selecionar cinco pesquisas para serem conhecidas na íntegra. Logo, registramos esses resultados na Tabela 1.



Tabela 1 – Pesquisas analisadas nesse estudo.

mt. I							
Título	Dissertação	Ano	Autor				
	ou Tese						
Políticas de Formação de Professores para a	Tese	2012	COSTA, Maria Adélia da.				
Educação Profissional e Tecnológica: Cenários							
Contemporâneos ⁴							
Políticas de Formação de Professores para a	Tese	2019	SOUZA, Luiz Aparecido				
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto			Alves de.				
Federal do Paraná (2008-2018): Cadeias							
Produtivas e Politecnia ⁵							
Políticas de Formação Continuada de	Tese	2022	OLIVEIRA, Arão Davi.				
Professores Bacharéis para Educação							
Profissional e Tecnológica de Nível Médio na							
Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul							
$(2015-2021)^6$							
Política de Formação Docente para a Educação	Tese	2020	DAMASCENA, Edilza				
Profissional dos Professores do IFRN: Avanços			Alves.				
e Desafios (2008-2018) ⁷							
O Curso de Formação Pedagógica dos	Dissertação	2022	RODRIGUES, Gildeny de				
Professores da Educação Profissional: Análise			Almeida.				
do Programa do Instituto Federal da Bahia							
(IFBA) ⁸							

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2023.

Consideramos que as reflexões sobre a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, proporcionadas com esse estudo, nos permite inferir que a EPT é uma modalidade de ensino que vem se crescendo nas últimas décadas, bem como vem ampliando o acervo de pesquisas acadêmicas sobre essa temática. Na Tabela 1 encontramos temas recorrentes que versam sobre as políticas de regulação e os desafios enfrentados na preparação de docentes para a EPT.

Essas pesquisas indicam que a formação docente na EPT é uma área em constante evolução, permeada por desafios e avanços. Refletem também, a importância de uma formação que não se limite apenas aos conhecimentos técnicos, mas que incorpore aspectos pedagógicos e a compreensão das demandas específicas desse contexto.

Quadro 1 – Temas recorrentes nos títulos das produções analisadas

Políticas de	Licenciaturas	Rede Federal	Institutos	Educação	Reestruturação
Formação de		de Educação	Federais	Profissional e	produtiva
Professores		Profissional,		Tecnológica	
		Científica e			
		Tecnológica			
Cadeias	Politecnia	Trabalho e	Professores	Políticas	Políticas de
produtivas		educação	Bacharéis	Educacionais	Formação
					Continuada de
					Professores

⁴ Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13638/1/t.pdf

⁵ Disponível em: https://tede.utp.br/jspui/handle/tede/1641

⁶ Disponível em: https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1042991-arao-davi.pdf

⁷ Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29673

⁸ Disponível em: http://www2.uesb.br/ppg/ppged/wp-content/uploads



Educação	Formação	Formação de	Educação	Política	Processos
profissional e	Pedagógica	professores	Profissional		formativos
tecnológica de					
nível médio					
Compromisso	Concepções de	Educação a	Provisoriedade	Programa	Professores
ético-político	formação	Distância	e	especial de	não
didático-	humana		descontinuidade	formação	licenciados
pedagógico				pedagógica	

Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

A análise busca identificar as áreas de interesse e enfoques dos pesquisadores nessa área, bem como as contribuições das pesquisas para a compreensão da formação de professores para a EPT. A análise de frequência de palavras revelou uma abordagem abrangente e multifacetada na investigação sobre políticas de formação de professores na EPT, uma vez que os termos identificados se referem a uma gama de áreas de interesse, que vão desde a estrutura institucional, como a Rede Federal e Institutos Federais, até elementos específicos da formação docente, como licenciaturas, políticas educacionais e formação continuada.

Não obstante, entendemos que a inclusão de termos como reestruturação produtiva, cadeias produtivas, politecnia e trabalho e educação apontam para uma análise crítica e contextualizada, conectando a EPT a mudanças nos processos econômicos e produtivos. E mais, destacamos atenção específica para as expressões *professores bacharéis* e *concepções de formação humana*, pois, elas sintetizam a luta histórica para políticas de formação de professores para a EPT que se estruture na formação omnilateral, assim, compreendemos que essas pesquisas traduzem as características e filosofias subjacentes à formação docente na EPT.

Destarte, a diversidade de termos também reflete uma atenção à interseção entre educação e diferentes dimensões sociais, éticas e políticas. A inclusão de palavras como política, compromisso ético-político didático-pedagógico e processos formativos evidencia uma preocupação não apenas com o aspecto técnico da formação, mas também com dimensões éticas, políticas e formativas mais amplas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão de pesquisa sobre como as políticas de regulação da formação de professores para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil são abordadas nas dissertações e teses publicadas a partir de 1996?, inferimos que as dissertações e teses apresentadas revelam uma diversificada abordagem em relação às políticas de regulação da formação de professores para a EPT no Brasil, a partir de 1996.



No entanto, de modo geral podemos dizer que cada título reflete uma perspectiva única, contribuindo para uma compreensão mais holística e contextualizada desse cenário, possibilitando assim, uma análise panorâmica dos temas recorrentes nas políticas educacionais para a EPT. No que concerne às políticas de regulação da formação docente para a EPT, essas são abordadas enfatizando suas fragilidades, fragmentações e, sobretudo, a característica singular de ser uma formação muitas vezes acelerada e precarizada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos e damos crédito à agência financiadora CAPES pelo consentimento de bolsa de estudo a uma das autoras deste artigo, o que possibilita a elaboração desta produção científica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: D.O.U., 1996.

COSTA, Maria Adélia da. **Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica**: cenários contemporâneos. 2012. 231 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

DAMASCENA, Edilza Alves. **Política de formação docente para a educação profissional dos professores do IFRN**: avanços e desafios (2008-2018). 2020. 265f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

OLIVEIRA, Arão Davi. **Políticas de formação continuada de professores bacharéis para educação profissional e tecnológica de nível médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2015-2021)**. Campo Grande, 2022. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco, 2022.

RODRIGUES, Gildeny de Almeida. **O curso de formação pedagógica dos professores da educação profissional: análise do programa do Instituto Federal da Bahia (IFBA)**. 2022. 148f. Dissertação (mestrado) — Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação — PPGED, Vitória da Conquista, 2022.

SOUZA, Luiz Aparecido Alves de. **Políticas de formação de professores para a educação profissional e tecnológica do instituto federal do Paraná (2008-2018)**: cadeias produtivas e politecnia. 2019. 326 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.